

A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO.

BUCZENKO, Gerson Luiz¹

ROSA, Maria Arlete²

RESUMO

O presente artigo procura analisar a relação da educação do/no campo e a permanência do jovem no meio rural. No Brasil, em que pese as lutas e conquistas alcançadas pelos movimentos sociais em defesa da educação do campo, ainda está presente no cenário nacional, uma política de fechamento de escolas rurais, que é reflexo de um preconceito em relação à educação do/no campo e da própria vida no campo. Dessa forma, como indagação de pesquisa definiu-se: a educação do/no campo, contitui-se como elemento definidor da permanência do jovem no campo? Como objetivos específicos foram definidos: conhecer o conceito de Educação do Campo e os princípios que a norteiam no Brasil; analisar alguns resultados de produções acadêmicas que abordaram a permanência do jovem no campo; apontar alguns dados estatísticos atuais sobre a realidade do campo no Brasil. Para Caldart (2012, p. 259), a Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. Os autores Caldart (2012), Souza (2012), Dotto (2011), Borsoi (2017), entre outros contribuem para a presente investigação.

Palavras-Chave: Educação; Campo; Jovem.

ABSTRACT

The present article tries to analyze the relation of the education of / in the field and the permanence of the young person in the rural environment. In Brazil, despite the struggles and achievements of social movements in defense of rural

¹ Doutor em Educação; Faculdade CNEC Campo Largo; E-mail – buuczenko@uol.com.br.

² Doutora em Educação; Universidade Tuiuti do Paraná; E-mail – mariaarleterosa@gmail.com.

education, a policy of closing rural schools is still present in the national scenario, which is a reflection of a prejudice in relation to the education of the countryside. Thus, as a research question was defined: the education of / in the field, is constitute as defining element of the youth's permanence in the field? As specific objectives were defined: to know the concept of Field Education and the principles that guide it in Brazil; to analyze some results of academic productions that approached the youth's permanence in the field; current statistical data on the field reality in Brazil. For Caldart (2012, p.259), Field Education names a phenomenon of the current Brazilian reality, carried out by rural workers and their organizations, which aims to influence education policy from the social interests of peasant communities. Objective and subjects refer to questions of labor, culture, knowledge and social struggles of the peasants and to the (class) conflict between field projects and between logics of agriculture that have implications in the project of country and society and in the conceptions public policy, education and human training. The authors Caldart (2012), Souza (2012), Dotto (2011), Borsoi (2017), among others contribute to the present investigation.

Keywords: Education; Field; Young.

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura analisar a relação da educação do/no campo e a permanência do jovem no meio rural. No Brasil, em que pese as lutas e conquistas alcançadas pelos movimentos sociais em defesa da educação do campo, ainda está presente no cenário nacional, uma política de fechamento de escolas rurais, que é reflexo de um preconceito em relação à educação do/no campo e da própria vida no campo. Dessa forma, como indagação de pesquisa definiu-se: a educação do/no campo, constitui-se como elemento definidor da permanência do jovem no campo? Como objetivos específicos foram definidos: conhecer o conceito de Educação do Campo e os princípios que a norteiam no Brasil; analisar alguns resultados de produções acadêmicas que abordaram a permanência do jovem no campo; apontar alguns dados estatísticos atuais sobre a realidade do campo no Brasil.

Para Caldart (2012, p. 259), a Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos

a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate, de classe, entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

Segundo Fernandes (2005) para compreender a origem do conceito de Educação do Campo, é necessário ressaltar que ela nasce das demandas dos movimentos intitulados camponeses no Brasil, em prol de uma política educacional para os assentamentos da reforma agrária. “Este é um fato extremamente relevante na compreensão da história da Educação do Campo. Dessa demanda também nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Coordenação Geral de Educação do Campo”. Assim, a Educação do Campo emerge da práxis, que provoca a política governamental e possibilita novas experiências de gestão e de trabalho pedagógico na escola. Os autores Caldart (2012), Souza (2012), Dotto (2011), Borsoi (2017), entre outros contribuem para a presente investigação.

1 CONCEITO E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo (EC) constitui-se em um fenômeno histórico no Brasil, bem como, uma marca indelével para com os povos do campo, em razão da ausência de uma reforma agrária, por vezes ensaiada ou prometida, mas que até agora não se consumou no país. Apesar da luta pela terra ser uma constante em vários conflitos que marcam a História do Brasil, percebe-se que somente em 1932 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (RJ) considerado o primeiro sindicato de trabalhadores rurais (STR), e constituído por pequenos lavradores e cortadores de cana-de-açúcar, e em razão de sua proximidade à capital nacional, à época, Rio de Janeiro, fez com que se tornasse um sindicato modelo (WELCH, 2006). Com o passar do tempo e as investidas do governo de Getúlio Vargas, não houve um avanço no sentido de ampliação de outros sindicatos pelo país, apesar do empenho do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Em 1954, o PCB

organizou a primeira conferência nacional dos trabalhadores rurais e fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Organizadores da ULTAB militaram na defesa dos camponeses e na organização de associações e sindicatos em muitos estados do Brasil. Lutaram para fazer efetiva a extensão das leis trabalhistas para os camponeses e fizeram pressão para a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em junho de 1963. A ULTAB continuou a funcionar até ter seu papel superado pela CONTAG – a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Na ocasião de seu estabelecimento, em dezembro de 1963, o presidente da ULTAB, o militante comunista Lyndolpho Silva, passou a ser presidente da CONTAG (WELCH, 2006, p. 61).

A partir do Golpe Militar de 1964, as questões sociais do país foram deixadas de lado, em razão de outras prioridades estabelecidas pelos militares, então no poder. Porém, a questão da terra continuou latente, ensejando mobilizações e conflitos, que vão se intensificando aos poucos, gerando um clima de tensão e violência no campo brasileiro.

Se os conflitos de assalariados pelo preço de sua força de trabalho ou a sua luta pela permanência no interior das fazendas permaneceram, embora de forma atomizada, foi na intensidade dos conflitos pela terra, envolvendo principalmente posseiros, que os anos 70 encontraram a face mais conhecida da violência no campo (MEDEIROS, 1989, p. 106).

Ainda na década de 1970 inicia-se a atuação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), que vem a consolidar-se em 1984. O MST é

um movimento com características heterogêneas no campo ideológico e cultural, principalmente. No campo ideológico, por um lado destaca-se a luta pela transformação social e por um modo de produção diferenciado, por outro lado há a presença de um ideário individual que move a participação social no movimento. Este ideário individual está expresso no desejo da conquista de um pedaço de terra que possibilite a retomada ou inserção no trabalho com a agricultura, agroindústria ou pecuária. Estas duas facetas do campo ideológico são indissolúveis e são elas que dão forma à heterogeneidade que dinamiza o movimento social (SOUZA, 2012, p. 31)

No campo cultural destacam-se a valorização à inovação, a reconstrução de valores pautados pela coletividade, e a ação do indivíduo pautada pela liberdade. Em razão de sua atuação no âmbito do território brasileiro, surgiu a necessidade de educar crianças, jovens e adultos que acompanham o movimento, em razão dos acampamentos e assentamentos, porém uma educação pautada pelo movimento, em seus fundamentos e princípios, formando novas gerações para a continuidade da vida no campo.

Em relação ao princípios da Educação do Campo, segundo MST (1996) destacam-se:

- Educação para a transformação social, buscando uma nova social cujos pilares sejam a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas;
- Educação para o trabalho e a cooperação, no sentido de manter a luta pela reforma agrária e os desafios que coloca para implementação de novas relações de produção no campo e na cidade;
- Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana, ou seja, uma educação onilateral que se opõe à educação unilateral que se preocupa com um só lado ou dimensão da pessoa;
- Educação com/para valores humanistas e socialistas, que venha a romper com os valores dominantes da sociedade atual, centrada no lucro e no individualismo desenfreado;
- Educação como um processo permanente de formação e transformação humana, com base na crença no ser humano e na sua capacidade de transformação, condição básica para um processo de educação/formação.

Para Caldart (2012, p. 259),

a Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

Segundo a autora ainda, é um conceito em construção, que não se descola do movimento específico da realidade que o produziu e, assim, pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações (CALDART, 2012).

A Educação do Campo surgiu em um determinado momento e contexto históricos e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas segundo o mundo da educação ou dos parâmetros teóricos

da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao atual estado de coisas – movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação; de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas com vistas a orientar ações/lutas concretas (CALDART, 2010, p. 107).

Fernandes (2005) afirma que, para compreender a origem do conceito de EC, é necessário ressaltar que ela nasce das demandas dos movimentos intitulados camponeses no Brasil, em prol de uma política educacional para os assentamentos da reforma agrária.

Este é um fato extremamente relevante na compreensão da história da Educação do Campo. Dessa demanda também nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Coordenação Geral de Educação do Campo. As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo nasceram simultaneamente, são distintas e se complementam. A Educação na Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a Educação como parte essencial para o desenvolvimento do Campo (FERNANDES, 2005, p. 2).

Para Munarim e Locks (2012), esta expressão é muito recente na história brasileira, sendo a luta pela terra seu principal berço de origem, uma luta empreendida pelo MST, conectada à demanda por escolas públicas em cada novo acampamento ou assentamento de reforma agrária.

O que estamos aqui chamando de educação do campo foi cunhado em meados da década de 1990 e aparece pela primeira vez em documento oficial normativo somente no ano de 2008. O termo tem uma conotação político-pedagógica para se distinguir da educação rural até então reinante nas diretrizes educacionais e nos marcos legais reguladores da educação brasileira. A educação rural na história educacional brasileira até então foi concebida e operacionalizada genericamente, sendo desconsideradas características como diversidade, especificidade e complexidade dos sujeitos que vivem e trabalham no campo (MUNARIM; LOCKS, 2012, p. 85).

Souza e Beltrame (2010, p. 87) apresentam perguntas e respostas sobre a gênese da EC:

Como emerge a Educação do Campo? Como uma atividade? Não meramente, pois a sua gênese é dada pela necessidade de transformar a escola pública existente no campo e nesse sentido ela é práxis. A sua gênese também é dada pela necessidade de transformar as relações sociais e de poder que marcam o campo

brasileiro. Em síntese, a gênese da Educação do Campo é fruto da denúncia de processos de exclusão – da terra, da educação, da moradia, da cultura e da vida. É fruto da prática coletiva que, ao denunciar, exercita a participação coletiva e efetiva, categorias que são fundantes da política pública orientada para a transformação social.

Segundo as autoras, a escola pública no Brasil foi construída por meio de uma política governamental orientada por técnicos da educação (SOUZA; BELTRAME, 2010). A EC emerge da práxis, que provoca a política governamental e possibilita novas experiências de gestão e de trabalho pedagógico na escola.

Por sua vez, Fernandes, Cerioli e Caldart (2011, p. 25), em texto preparatório para a Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”, expressam que decidem utilizar a expressão “do campo” e não a mais corriqueira conhecida como rural, com o objetivo de

incluir no processo da Conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. Mas quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural.

Dessa forma, pensar em Educação do Campo é pensar na coletividade, na valorização da diversidade que marca a sociedade brasileira. A EC emerge do movimento social e de imediato de contrapõe à lógica da sociedade capitalista que coisifica a tudo e todos, reivindica os direitos inalienáveis de todo o cidadão para o homem do campo, incluindo-se ainda o direito à terra historicamente negado em uma nação que privilegia o latifúndio e a exploração da mão de obra, desde a chegada dos povos conquistadores.

PESQUISAS SOBRE A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO

A permanência do jovem no campo, dentro do território brasileiro, vem sendo foco de certa produção acadêmica da qual selecionou-se algumas pesquisas com o intuito de avaliar alguns resultados apontados. Dotto (2011), vem a apontar em seu trabalho intitulado “Fatores que influenciam a

permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul”, que o

recorte etário entre 18 e 25 anos foi identificado como fase de “ir a busca oportunidades fora”. Era frequente no discurso dos jovens justificativas como: “o trabalho é muito duro aqui”, “não existem oportunidades”, “vou estudar onde? Tenho que sair...” “na cidade é melhor...” [...] Entre os jovens que ficaram, o número de entrevistados entre 26 e 33 anos soma um total de 19 indivíduos, sendo que destes, onze já tentaram a vida fora do assentamento e acabaram retornando, com ou sem família constituída na cidade, para dar continuidade ao trabalho dos pais no lote ou agregar alguma atividade ao mesmo. Um único caso foi detectado de jovem que saiu para estudar e retornou temporariamente para organizar o lote dos pais, para depois prosseguir com sua vida fora do campo, assim o mesmo garante (DOTTO, 2011, p.38).

Em suas conclusões o mesmo autor relata que entre as principais carências observadas, está a falta de oportunidades para os jovens investigados,

nesse sentido se explica a necessidade deles se sentirem incluídos não apenas na dinâmica de trabalho da propriedade, mas nas tomadas de decisões financeiras, de produção e de comercialização. Os jovens que ficaram tinham participação maior em relação ao outro grupo. A falta de participação na tomada de decisões dos negócios da família pode gerar influência suficiente para o jovem se desiludir com a possibilidade de continuar na atividade. Em paralelo, a cessão de parte da propriedade para o jovem cuidar pode facilitar também a permanência do jovem no campo (DOTTO, 2011, p. 84).

Breitenbach e Maschio (2016), por meio do projeto de extensão “Educação infantil no campo: cultivando o futuro” que tem como objetivo desenvolver ações junto a jovens com origens de comunidades rurais da região, para valorização cultural da agricultura familiar e suas especificidades, observa-se

que os jovens - ao serem convidados a repensar e revisitar suas realidades no sentido de valorizar o meio rural, as atividades desenvolvidas no campo e o próprio homem rural - passaram a valorar em maior grau o meio em que vivem. Além disso, passaram a se sentir integrados ao seu contexto, buscando alternativas para uma melhoria de vida, sem que seja necessário abandonar seu local de origem (BREITENBACH; MASCHIO, 2016).

Felipe e Arlindo (2016) estudaram os desafios da Escola Municipal Rural São Joaquim do Município de Selvíria (MS), principalmente, em relação à permanência dos jovens no campo, e entrevistaram ao todo 23 Alunos, 22 Professores e a Diretora da Escola. Em relação ao Alunos a maioria dos entrevistados “afirmam gostar de morar no campo, mas que ao terminarem o estudo regular pretendem migrar para a cidade para dar continuidade aos estudos, arrumar um emprego e que após deixarem o campo não pretendem voltar, dando continuidade à vida na cidade”.

Em relação aos Professores da Escola, segundo os pesquisadores, os entrevistados³, de 23, apenas 03 responderam ao questionário, estes valorizam a cultura e costumes dos alunos e reconhecem a importância do aluno ter o conhecimento do meio onde está inserido. Para os docentes ainda,

os maiores desafios, segundo os relatos dos professores, é a reformulação do conteúdo curricular e a distância entre a família e a escola, onde o aluno enfrenta limitações de tempo devido ao trajeto que enfrentam diariamente até a escola e com isso, acaba restando pouco tempo para dedicação dos estudos em casa e realização de atividades além do horário escolar e até mesmo a interação entre a escola e a comunidade (FELIPE;ARLINDO, 2016, p. 252).

Dalcin e Troian (2009) investigaram as variáveis que influenciam os jovens das localidades de Dr. Pedro e Mirim, no município de Santa Rosa (RS), a permanecer ou sair do meio rural. Entre os 17 jovens entrevistados e residentes em ambas as localidades,

³ De 23 Professores, apenas 03 responderam ao questionário.

presenciou-se a existência de grupos distintos de jovens. Um que se caracteriza pelo desejo de permanecer no meio rural, na comunidade onde reside e assim dar continuidade nas atividades agropecuárias desenvolvidas pela família e outro grupo divergente. Este composto por jovens que desejam sair do meio rural, segundo eles em busca de melhores condições de vida e emprego (DALCIN; TROIAN, 2009, p. 13).

Entre os jovens que escolheram por sair do meio rural, segundo as pesquisadoras, destaca-se o caso de uma das entrevistadas,

uma moça que tem 18 anos, solteira e com ensino fundamental completo. Sua família desenvolve como atividade principal o leite, em pequena escala (média de 1.000 litros por mês). Ajuda nos afazeres domésticos e na ordenha das vacas. Participa eventualmente de grupo de jovem, e diz que como lazer frequenta a residência das amigas e esporadicamente vai a festas, sempre acompanhada da família. Os pais não a deixaram continuar os estudos, embora a jovem possua como objetivo dar continuidade, para conseguir algo melhor para sua vida. Resumidamente, a jovem considera não gostar do meio rural, por considerá-lo longe de tudo, difícil e não apresentar retorno financeiro (DALCIN; TROIAN, 2009, p. 13).

Novakoski (2015) realizou uma pesquisa com o objetivo analisar as principais perspectivas de permanência ou não do jovem no campo, tendo como base o jovem assentado⁴ produzindo de forma convencional ou agroecológica, identificando as principais diferenças nas duas formas de produção. Em seus resultados verificou que em relação aos jovens ligados à produção convencional

os principais apontamentos feito pelos jovens em relação à saída do campo para cidade, está relacionado principalmente à necessidade em buscar na cidade emprego/renda e educação. Lazer foi um dos pontos menos discutidos pelos jovens, por ser uma área próxima ao centro urbano, muitas opções de lazer

⁴ A pesquisa foi realizada no Assentamento 8 de Junho, que está localizado no município de Laranjeiras do Sul, qual faz parte do Território da Cantuquiriguá, sendo esse um território restrinido entre as regiões Oeste e Centro-Sul do Estado do Paraná. Atualmente é composto por vinte municípios. A sua área territorial total abrange 13.959,744 km², o qual corresponde cerca de 7% do território estadual. A população total do território é de 232.551 habitantes aproximadamente 2,2% da população do Estado, desse total cerca de 46% vive no campo (NOVAKOSKI, 2015, p. 35).

estão acessíveis a eles. Destacaram também que a comunidade onde moram desenvolve muitas práticas de lazer voltadas para as diferentes faixas etárias, como por exemplo, festas tradicionais de aniversário do Assentamento, torneios de futebol, torneios de baralho, bailes e matinés (NOVAKOSKI, 2015, p. 54).

Já para os jovens que tem uma base familiar voltada para a produção agroecológica

além do gosto por morar no campo, outro ponto motivador a permanecer no campo produzindo dessa forma, relaciona-se ao fato de verem essa matriz produtiva com muitas perspectivas de crescimento, apontando o desenvolvimento de Cooperativas e Associações como um importante mecanismo incentivador desse desenvolvimento (NOVAKOSKI, 2015, p. 56).

Oliveira, Rabelo e Feliciano (2013), ao pesquisar o Assentamento São Bento, no município de Mirante do Paranapanema (SP), observaram que 83% dos jovens entrevistados tinham preferência em deixar o rural, com perspectiva de sair do lote nos próximos 10 a 15 anos para morar na cidade.

Ao aprofundarmos a observação nos dados da pesquisa em relação aos motivos e os desejos da saída dos jovens do campo percebemos que estão ligados ao trabalho e a elementos infra estruturais que favorecem a reprodução social destes indivíduos. Quando são questionados sobre o porquê da saída de outros jovens do Assentamento cerca de 91% dos entrevistados afirmam saber o motivo que leva os demais saírem do campo, e 74% confirmam que os motivos desta saída estão ligados à procura de trabalho. Para estes jovens, o trabalho desempenhado nas unidades produtivas não é considerado trabalho produtivo, mas sim uma atividade ligada à sobrevivência, sendo o trabalho aquele que tem como fruto o salário (OLIVEIRA; RABELO; FELICIANO, 2013, p. 141).

Borsoi (2017) ao investigar o quadro social da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) no município de Catanduvas (PR), aplicou questionários para 20 agricultores que possuem filhos para avaliar os fatores que influenciam a permanência do jovem no campo. Em seus resultados verificou que dos entrevistados, 60% declararam possuir apenas o

ensino fundamental, 30% concluíram o ensino médio e a minoria, 10% possuem ensino superior, 95% do entrevistados se enquadram na agricultura familiar.

Em relação à escolaridade dos filhos, segundo a Pesquisadora, os agricultores informaram que grande maioria não tem realizado uma formação continuada após o ensino médio, e mesmo não estuda ou ainda está fazendo as séries do ensino fundamental e médio, sendo que apenas 26% possuem ou estão dando andamento a algum curso técnico, ensino superior ou pós-graduação.

A pesquisadora ainda observa que

grande número dos jovens agricultores possuem interesse em permanecer no campo. Dentre as famílias entrevistadas, 25% nenhum dos filhos deseja permanecer do campo, nos demais 75% podemos observar que pelo menos um dos jovens possui desejo de continuar na agricultura, porém, devemos salientar, que esta opção não é unanimidade entre os jovens na mesma família, pois, se convertermos este percentual com base no número de filhos por família, poderemos observar que o desejo de permanecer no campo agrada apenas 55,31% dos jovens, outro fator que devemos levar em consideração, é que nas famílias entrevistadas, em apenas 40% todos os filhos tem o interesse em continuar na agricultura (BORSOI, 2017, p. 12).

Boessio e Doula (2016), ao investigarem a percepção dos jovens rurais, filhos de famílias associadas da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio (COOPA/MG), realizaram 41 entrevistas com famílias cooperadas, 13 entrevistas com membros da direção, cargos de gestão e colaboradores da Cooperativa e 22 entrevistas com jovens, filhos de cooperados, de ambos os sexos e com idade entre 18 e 29 anos. Em suas análises as pesquisadoras constataram que

os jovens da pesquisa demonstraram a grande importância em sua escolha de permanência, tanto em função do incentivo familiar, como pelo fato de a cooperativa oferecer condições para melhorias na produção agropecuária. Destaca-se que a maioria (86,36%) dos entrevistados pretendem continuar nas

propriedades familiares e ainda mantendo a atividade já desempenhada pela família (BOESSIO; DOULA, 2016, p. 381).

Dessa forma, conforme explorado nas pesquisas exploradas, que a permanência do jovem no campo se dá quando alguns fatores estão presentes, entre eles, o incentivo familiar, o trabalho cooperativo, uma perspectiva agroecológica e a garantia de uma porção de terra para o seu futuro. Porém, em relação à educação, esta se mostra frágil nos relatos das pesquisas para justificar a permanência do jovem no campo. Interessante salientar que a presença da educação do/no campo sequer é noticiada nas pesquisas como um elemento relevante para a permanência do jovem no campo, mesmo em pesquisa realizada em escolas localizada no interior de um Assentamento.

Assim, é fácil constatar que embora os avanços e luta pela educação do campo, há um grande caminho à percorrer; seja no sentido de fortalecer a presença da escola do campo, seus princípios e ideais de transformação social; seja em fazer da educação do campo um elo que proporcione uma mudança na visão de mundo dos jovens, no sentido de valorizar a permanência no campo, por outro lado, é marcante ainda a presença da perspectiva de uma educação rural, pensada e organizada para o meio urbano e aplicada aos jovens do meio rural, desarticulada com realidades socioespaciais da criança e jovens que vivem no campo, que tem como consequência direta a alienação em que predomina uma outra visão da vida no campo.

DADOS ESTATÍSTICOS DO CAMPO BRASILEIRO

Piacentini (2015) ao comentar sobre a juventude e o trabalho no campo, observa que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, afirmava que quase oito milhões de jovens entre 15 a 29 anos viviam no campo, no Brasil. Salienta ainda a autora que embora o êxodo rural tenha diminuído de 1,31% no período 1990-2000 para 0,65% entre 2000-2010, o número de jovens que deixa o campo em todas as regiões brasileiras ainda é

grande. Para Maria de Assunção (PIACENTINI, 2015) ao refletir-se sobre a fixação de jovens no campo é necessário

considerar problemas estruturais, como a concentração de terras, principalmente as agricultáveis, que compromete a sucessão geracional de forma digna, bem como a desvalorização social da agricultura familiar, especialmente a tradicional, mais presente no Nordeste do país. “Isso se deve ao modo como nosso processo de modernização e industrialização foi sendo construído. A desvalorização é reforçada pela escola, mesmo as que estão localizadas no meio rural: muitos professores, ao buscar incentivar os alunos a estudarem, os fazem refletir que a falta de estudo irá fazer com que sejam agricultores, desassociando educação de agricultura e relacionando o agricultor com o ignorante” (PIACENTINI, 2015).

Na mesma esteira os dados do IBGE mostram que pouco mais da metade dos jovens de 15 a 29 anos, que vive no campo é formada por homens (53%) e que cerca de quatro milhões ou 50% do total dessa população está na região Nordeste.

“Números do CadÚnico, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, apontam que mais de 58% dos 8 milhões de jovens que vivem no campo estão em situação de pobreza e extrema pobreza. Destes, quase três milhões estão no Nordeste”, salienta Maria de Assunção (PIACENTINI, 2015).

Para Zago (2016, p.63) a relação entre a população rural e a urbana foi alterada de modo significativo representando que hoje, menos de 20% da população brasileira reside no meio rural, conforme tendência também de outros países.

Apesar das variações existentes, verifica-se um fenômeno global representado pelo crescimento da população urbana em relação à rural: enquanto 53% viviam nas cidades em 2010, as estimativas para 2050 são de 75% (Gauthier; Luginbühl, 2012, p. 36). No Brasil, “a proporção de pessoas residindo na zona rural declinou de 32%, em 1980, para 17% em 2004, ou seja,

uma redução de quase 50% no último quarto de século” (INEP, 2007, p. 11) (ZAGO, 2016, p.63).

Por outro lado, Valadares et.al. (2016), afirmam que a taxa de decrescimento da população rural parece ter arrefecido, ou seja, aparentemente, o êxodo rural se reduziu na última década e a taxa de permanência das pessoas no rural aumentou.

Por exemplo, em 1980, a população rural brasileira entre 15 e 19 anos era de 4,235 milhões de pessoas. Em 1991, onze anos depois, a população rural de 26 a 30 anos era de 2,566 milhões de pessoas. Neste caso, a taxa de permanência da coorte entre 15 e 19 anos, em 1991, com censo de origem em 1980, foi de 60,60%, o que significa que aproximadamente 60% das pessoas que moravam no campo em 1980 continuavam morando em 1991. Acompanhando essa coorte ao longo dos outros censos, nota-se que 75,72% daqueles que viviam no campo, em 1991, permaneceram no campo em 2000. Na década seguinte, a permanência foi de 84,97%: ou seja, daqueles que estavam no campo em 2000, quase 85% continuavam em 2010 (VALADARES et.al., 2016, p. 67).

Salientam os autores ainda que aparentemente, a organização e a ampliação do acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para a promoção da cidadania, conseguiram desacelerar em alguma medida a saída de jovens do campo.

Ou seja, mesmo em um cenário ainda bastante hostil à agricultura familiar, uma hipótese pertinente para explicar o aumento da permanência diz respeito às “pequenas” conquistas dessa população, que contaram ao longo dos anos 2000 com um incremento considerável da renda, com notável reflexo no padrão de consumo de bens duráveis, incluindo veículos automotores; melhoria nas condições de infraestrutura, com ampliação significativa do acesso à energia, à água, à telefonia e à internet; ampliação do acesso e da importância das políticas sociais, em especial as transferências de renda e a previdência social, que tem seu piso atrelado ao salário mínimo; crescimento do acesso a políticas produtivas, tais como reforma agrária, crédito, assistência técnica, PAA, PNAE, entre outras (VALADARES et.al., 2016, p. 67).

Percebe-se, assim, que em ambos os quadros, seja na visão no êxodo rural que é uma realidade no Brasil, seja no olhar de alguns fatores que sugerem a permanência do jovem no campo, a política pública e suas consequências vem a influenciar em grande medida a realidade da vida no campo. Em relação à Educação do Campo,

das mais de 100 mil escolas rurais que existiam em 2002 no Brasil, 17 mil foram fechadas. Isso representou, nas regiões Sul e Centro-Oeste, uma redução de mais de 39%, seguidas pela região Nordeste (22,5%), Sudeste (20%) e Norte (14,4%). Neste mesmo período, o número de matrículas reduziu de 7,9 para 6,6 milhões de educandos, o que representa mais de 1,2 milhão de pessoas sem escola ou obrigadas a estudar nas cidades. Dados de 2014 apontam que entre os jovens das 923.609 famílias que viviam em 8.763 assentamentos no Brasil, 15,58% não foram alfabetizados; 42,27% cursaram apenas até a antiga 4^a série; 27,27% concluíram o ensino fundamental; 7,36% fizeram uma parte do ensino médio e 6,04% concluíram a Educação Básica. A falta de incentivo e de estrutura justificam esses números⁵.

As realidades regionais no Brasil são muito distintas, em razão das dimensões continentais do país, portanto, equacionar tais realidades é um grande desafio que permeia não só as ações de governo mas também a atuação dos movimentos sociais, no sentido de reivindicar no universo de políticas públicas, um olhar especial para o campo brasileiro e de forma direta para a Educação do Campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁵ “Número de escolas rurais diminui drasticamente no Brasil”, matéria publicada em 10 fev. 2017, por São Carlos Agora, com base em informações do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (Gepec) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Disponível em: <<http://www.saocarlosagora.com.br/brasil/numero-de-escolas-rurais-diminui-drasticamente-no-brasil/82969/>>. Acesso em 22 abr. 2018.

Ao final do presente trabalho volta-se à indagação de pesquisa inicialmente proposta em relação à condição da Educação do/no Campo e a permanência do jovem no campo. Verifica-se que as produções acadêmicas, em sua maioria tangenciaram a questão educacional, notadamente a Educação do/no Campo, como um elemento definidor para a análise dos dados. Observa-se colocações no sentido de priorizar o conjunto de políticas públicas que possam viabilizar a vida no campo e por consequência a permanência do jovem no campo. Contudo, em face do exposto, defende-se que é por meio de uma Educação do/no Campo que se estabelece uma cultura que venha a valorizar tudo aquilo que se constitui como do campo, uma verdadeira práxis. E a Educação deve ter por base a cultura do homem, da mulher, da criança e do jovem do campo, deve ser também pensada a partir da realidade do campo, potencializando os significados do que é ser uma criança, um jovem ou um adulto no campo.

Esta condição de pensar o campo a partir da realidade do campo, possibilita emergir, entre outros aspectos, a coletividade e a luta por políticas públicas que venham ao encontro dos interesses maiores dos povos do campo, ampliando, assim, as condições de permanência do jovem no campo; seja pela atuação do cooperativismo, da agroecologia, da agricultura familiar; seja pela perspectiva da posse da terra. A Educação do/no Campo deve ser o ponto de partida para uma construção/consolidação da cultura do homem e da mulher do campo e por consequência, de uma nova visão de mundo em que permanência do jovem no campo é fundamental para a Nação.

REFERÊNCIAS

BOESSIO, A. T.; DOULA, S.M. **Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro.** INTERAÇÕES. v. 17. n. 3. p. 370-383, jul./set. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151870122016000300370&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2018.

BORSOI, L. **Permanência do jovem no campo, um levantamento sobre os fatores que influenciam esta decisão.** Anais... VI SINGEP. São Paulo. Disponível em: <http://singep.submissao.com.br/6singep/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=328>. Acesso em: 1 mar. 2018.

BREITENBACH, R.; MASCHIO, M. **Ações para valorização do jovem rural e incentivo para permanência no campo.** Viver IFRS. Ano 4. n.4. jul./2016. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ViverIFRS/article/download/1636/pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: _____ (Org.). CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo.** São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

_____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa II:** questões para reflexão. Brasília, DF: MDA/MEC, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/ED_UCA%C3%87%C3%83O%20DO%20CAMPO%20e%20pesquisa%20II.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2017.

DALCIN, D.; TROIAN, A. **Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso.** Disponível em:

<www.humanas.ufpr.br/site/evento/.../GTs.../jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2018.

DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul.** Dissertação de Mestrado, 113 p. Universidade Católica Dom Bosco. 2011.

FELIPE, A. F.; ARLINDO, M. A. S. **A Educação no/do Campo como possibilidade de permanência do jovem na terra:** os desafios da Escola Municipal Rural São Joaquim em Selvíria (MS). Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Três Lagoas/MS. Ano 24. n.13. nov. 2016. Disponível em:

<www.desafioonline.ufms.br/index.php/RevAGB/article/download/2763/2099>. Acesso em: 1 jan. 2018.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Por uma educação básica do campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2018.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOVIMENTO SOCIAL DO TRABALHADORES SEM TERRA (MST). **Princípios da Educação do MST**. Caderno de Educação. 2.ed.n.8.1997, São Paulo.

MUNARIM, A.; LOCKS, G. A. Educação do campo: contexto e desafios desta política pública. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, n. 15, p. 77-89, 2012. Disponível em: <<http://www.uepg.br/olhardeprofessor>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D.; FELICIANO, C.A. **Permanecer ou sair do campo?** Um dilema da juventude camponesa. Revista Pegada. v.15. n.1. jul./2014. Disponível em:

<revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/3032/2626>. Acesso em: 29 dez. 2017.

NOVAKOSKI, R. Diferentes perspectivas de permanência do jovem no campo:

um estudo de caso sobre o jovem assentado produzindo de forma convencional ou agroecológica no assentamento rural 8 de junho – Laranjeiras do Sul/PR. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação. 76 p. Universidade Federal Fronteira Sul. 2015.

PIANCENTINI, P. Juventude e trabalho no campo: permanência dos jovens no meio rural depende da geração de oportunidades além do trabalho na terra. Revista Pré Univesp. n. 61. dez. 2016. jan. 2017. 2015. Disponível em:<<http://pre.univesp.br/juventude-e-trabalho-no-campo#.Wtp2xn8h3IU>>. Acesso em 20 abr. 2018.

SOUZA, M. A. Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SOUZA, M. A.; BELTRAME, S. A. B. Educação do campo, movimentos sociais e políticas públicas. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília, DF: MDA/MEC, 2010.

VALADARES, A.A. et al. **Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada.** In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R.U. (Orgs.) **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/160513_livro_dimensoes.pdf>. Acesso em 15 abr. 2018.

WELCH, C. A. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. Lutas & Resistências. Londrina. v.1. p. 60-75. set. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedicao/lr60-75.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. Revista Brasileira de Educação v. 21. n. 64 jan./mar. 2016. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0061.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018.